

WASHINGTON NOVAES

Os índios e a nossa crise

Se não quiser enfrentar, muito em breve, novos e graves conflitos na questão da demarcação de áreas indígenas e no reconhecimento de outros direitos desses povos, o governo federal terá de agir muito rapidamente, com a necessária cautela, mas também com decisão férrea. Porque as nuvens no horizonte são extremamente ameaçadoras, em muitas áreas.

É sintomática a reação dos fazendeiros de Novo Progresso (PA). Ao se anunciar a decisão do Ministério da Justiça de demarcar a Reserva do Baú, dos índios caiapós – para que estes libertassem os reféns que haviam aprisionado em suas terras –, os ocupantes de cerca de um terço da reserva, aliados ao prefeito, informaram que iriam armar-se: “Somos brasileiros e, se os índios têm direitos, nós também temos. Foi o Inca quem deu as terras para nós.” Conflitos institucionais à vista. Disputa por recursos (para indenizar esses ocupantes, que ainda é a melhor hipótese). Talvez novos confrontos armados, se não houver solução.

Esse panorama do sudoeste do Pará não é uma exceção. Segundo o Instituto SocioAmbiental (ISA) – que se vem dedicando a esse acompanhamento há muito tempo, com competência e dedicação –, cerca de 27% do total das áreas indígenas no País, com quase 20 milhões de hectares em 236 áreas, ainda estão por identificar, em processo de identificação e/ou revisão/contestação, ou ainda delimitadas, mas em demarcação. É um potencial de conflitos enorme, em que a Reserva do Baú e a de Raposa-Serra do Sol (Roraima) – esta última contestada por quase todo o poder político local – parecem ser apenas a ponta de um gigantesco iceberg.



Estão em jogo a diversidade biológica e a cultural do País, únicas no planeta

Não bastasse isso, várias outras ameaças pairam no âmbito do Congresso Nacional. Não se consegue avançar com a proposta de um novo Estatuto do Índio, até mesmo porque não há consenso nem mesmo entre os índios e ONGs que trabalham nessa área. Parte destas e daqueles teme que as modificações acordadas num texto negociado no âmbito da Casa Civil da Presidência da República, com o intuito de caminhar em direção ao fim da tutela sobre os índios, acabe abrindo caminho para a ocupação de suas terras e para a extinção de suas culturas. Também há muita controvérsia quanto à possibilidade de conceder aos índios autonomia para gerir projetos econômicos em suas áreas ou autorizar atividades como as mineradoras, por exemplo.

A discussão nesse terreno é complicada. Há quem defenda a proteção absoluta às áreas indígenas, a inviolabilidade de seu território, para que esses povos possam ali exercer na plenitude sua cultura, suas tradições, seus costumes. Na medida em que índios passem a exercer atividades econômicas, a produzir excedentes, a relacionar-se por meio de moeda, não apenas seus formatos culturais desapareceriam – também a organização social e política, a não-delegação de poder, a informação aberta, a auto-suficiência pessoal. A sociedade branca começaria a contestar a necessidade e o direito a territórios extensos, indispensáveis se mantidos os formatos tradicionais.

Os defensores do chamado manejo sustentável em áreas indígenas argumentam, por seu lado, que o isolamento absoluto dos índios é inviável, como a prática estaria demonstrando – seja porque as culturas derivadas das européias e africanas

chegam, seja porque grande parte dos próprios índios deseja essas transformações.

A manutenção – ou não – da tutela, ao lado dos direitos indígenas, é complicadíssima. Como é complicada, até no contexto jurídico internacional, a definição de índios, sociedades e comunidades indígenas. A proposta negociada na Casa Civil seria “o possível nesse contexto político”, segundo o ISA.

É uma questão difícil de conduzir, ainda mais no momento em que outros projetos em tramitação no Congresso representam ameaças muito concretas – tais como os projetos de emenda constitucional 2.604/2000 e 127/99, o primeiro abrindo a possibilidade de ocupantes com 20 anos na área impedirem a demarcação de reservas e o segundo condicionando a demarcação ao assentimento de Estados e municípios (o que a torna inviável, na prática).

Podem parecer a algumas parcelas da população brasileira que se trata de temas distantes dos seus interesses. Mas não é assim. Estão em jogo as extraordinárias, únicas mesmo no planeta, diversidade biológica e diversidade cultural no nosso país.

Da primeira ultimamente se tem falado pelo menos

um pouco – a maior diversidade biológica do planeta como fonte dos futuros medicamentos, alimentos e materiais, além de indispensável para a manutenção dos extraordinários serviços naturais prestados pelos ecossistemas (fertilidade dos solos, qualidade das águas, equilíbrio do clima, geração da vida, etc.).

Da segunda pouco se fala, mesmo que os modos de viver de muitos dos 170 grupos indígenas que existem aqui apontem em direção a algumas das mais sonhadas utopias humanas. E ainda se precisaria lembrar que esse modo de vida, em si mesmo, constitui fonte de alguns saberes muito ricos.

Há décadas, por exemplo, uma equipe da Escola Paulista de Medicina, liderada pelo dr. Roberto Baruzzi, acompanha as condições de vida, nutrição e saúde dos índios do Alto Xingu. E seus estudos já há muito tempo mostraram que essas condições de vida levavam à ausência absoluta de doenças cardiovasculares naquela área. Após o contato mais frequente com a nossa cultura, essa situação se vem modificando para pior.

De certa forma, esses estudos são referendados por pesquisas dirigidas nos Estados Unidos pelo cientista Clark Spencer Larsen, da Universidade da Carolina do Norte, diretor do La Florida Bioarchaeology Project. Suas pesquisas mostram que a saúde de índios norte-americanos declinou não apenas por causa de doenças levadas pela “civilização”, mas por causa de mudanças na dieta alimentar e no modo de vida.

Na crise civilizatória que atravessamos – na qual se inclui a busca de formatos mais adequados de viver –, não pode ser desprezada a experiência dessas outras culturas, seus formatos de organização, sua capacidade maior de equilíbrio com o ambiente.

Não é só um problema jurídico ou político que enfrentamos. É muito mais que isso.

